

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: CONEXÕES ENTRE O CONGRESSO DA VIRADA E O DEBATE SOBRE FEMINISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SERVICE SOCIAL ET PRODUCTION DE CONNAISSANCES: LIENS ENTRE LE CONGRÈS VIRADA ET LE DÉBAT SUR LE FÉMINISME DANS LA FORMATION PROFESSIONNELLE

Izy Rebeka Gomes Lima¹

Resumo: A década de 1970 no Brasil comporta uma série de episódios que demarcam as diversas esferas do Serviço Social - formação, produção do conhecimento, atuação e a articulação de entidades representativas e sindicais - os quais sucederam um importante processo de ruptura com a perspectiva conservadora presente na profissão. O presente artigo objetiva tratar aspectos da trajetória histórica do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e as conexões com o debate sobre o(s) feminismo(s) nas produções científicas da formação profissional em Serviço Social. A discussão foi apoiada no materialismo histórico dialético e se deu através de um levantamento exploratório de estudos bibliográficos e documentais sobre a temática. Também serão pontuados os desafios atuais que perpassam a formação e o exercício profissional em face às ameaças neoliberais e o avanço do conservadorismo na atual conjuntura diante das determinações do cenário contemporâneo e as diversas formas de ataque a educação, a ciência e as conquistas da categoria no marco das lutas históricas da sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social. Congresso da Virada. Movimento Feminista. Produção de Conhecimento. Formação Profissional.

Résumé: Les années 1970 au Brésil comprennent une série d'épisodes qui délimitent les différentes sphères du travail social - formation, production de connaissances, jeu d'acteur et articulation des entités représentatives et syndicales - qui ont suivi un important processus de rupture avec la perspective conservatrice présente dans la profession. Cet article vise à discuter des aspects de la trajectoire historique du IIIe Congrès brésilien des travailleurs sociaux et des liens avec le débat sur le féminisme dans les productions scientifiques de la formation professionnelle en travail social. La discussion a été soutenue par le matérialisme historique dialectique et s'est déroulée par le biais d'une enquête exploratoire d'études bibliographiques et documentaires sur le sujet. Les défis actuels qui

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais - GEPSSO/ UFS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3466670010773398>. OrcidID: <https://orcid.org/0000-0002-3090-2123>. Email: izy_rgl@hotmail.com.

Artigo submetido em: 02 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 19 de julho de 2022.

p. 83-102. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202222>

imprègnent la formation et l'exercice professionnels face aux menaces néolibérales et à l'avancée du conservatisme dans la conjoncture actuelle seront également notés face aux déterminations du scénario contemporain et aux diverses formes d'attaque contre l'éducation, la science et les réalisations de la catégorie dans le cadre des luttes historiques de la société.

Mots-clés: Travail social. Congrès virada. Mouvement féministe. Production de connaissances. Formation professionnelle.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a história do Serviço Social, o(s) feminismo(s) e a produção de conhecimento nos leva a pensar sobre os fundamentos da profissão, formado por mulheres em sua maioria atuantes em diversos espaços de atuação no âmbito das políticas sociais, saúde, assistência, educação, habitação, etc. Essa predominância de mulheres em certos espaços, não é algo meramente natural, mas imbuído de determinações sociais fundamentalmente relacionadas aos sistemas capitalista-patriarcalista-racista, os quais imputam as mulheres, um "papel" de cuidado, doação, sacrifício, bondade.

Esses aspectos atravessaram a história do Serviço Social desde a sua gênese, somados a um viés conservador atravancado pelo movimento de Reconceituação, em especial, a intenção de ruptura² que possibilitou a profissão o diálogo com uma pluralidade de conhecimentos, além da aproximação com a teoria crítica.

Nesse aspecto, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como Congresso da Virada de 1979, tem um importante atuação, tendo em vista que foi um marco para a concepção de uma direção social da profissão contra as bases conservadoras e antidemocráticas que se instauram na sociedade, na profissão e também no registro de avanços da ruptura com o conservadorismo e a formação dos primeiros

² A intenção de ruptura, é uma das direções do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que centraliza a crítica ao tradicionalismo da profissão, pretendendo romper com as bases conservadoras na profissão. A expressão desse processo erosivo na América Latina se explicitou a partir de 1965 e teve sua curva ascendente por quase uma década - o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social. Tem como principais características a "ruptura com o Serviço Social tradicional se inscrevem na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de lutas pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora". A reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. (NETTO, 2015).

cursos de pós-graduação em Serviço Social da década de 1970, reforçando uma maior integração entre as diversas áreas de conhecimento.

O estudo empreendido por Nobuco Kameyama no fim do século XX, sobre a trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social, no período de 1975 a 1997, apresentou uma concentração e centralidade das temáticas referentes à prática profissional (15%) e formação profissional (10,9%), enquanto os estudos de gênero e família (6,6%), terceira idade (2,0%), crime e violência (0,3%) revelaram menor proporção. A autora destaca que “[...] as linhas centrais de produção que orientam a produção científica do Serviço Social não sofreram alterações substanciais durante duas décadas, mas sim mudanças no que condiz a ampliação da área temática as alterações nas formas de abordagem e nas referências teórico metodológicas.” (KAMEYAMA, 1998, p. 5).

Para além desses dados do fim do século XX, assinalamos um panorama das pesquisas no Serviço Social nos anos de 2014, as quais destacam um reduzido número de produções sobre as temáticas de gênero, geração, raça/etnia e também “[...] uma certa resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões sob o argumento de que já ‘transversalizam’ as temáticas dos demais grupos de trabalho, o que invisibiliza essas ‘discussões’.” (QUEIROZ, *et al.*, 2014, p. 240, **grifos das autoras**).

Diante disso, objetivamos tratar os aspectos históricos atinentes ao Congresso da Virada, a relação com a produção do conhecimento e o debate sobre o(s) feminismo(s) na formação profissional em Serviço Social, com intuito de demarcar as contribuições que os estudos feministas têm subsidiado à produção de conhecimento da profissão. Para tanto, a análise desse artigo será ancorada no materialismo histórico dialético a partir de um levantamento exploratório de estudos bibliográficos e documentais sobre a temática.

Nesse sentido, buscamos situar, a princípio, o legado do Congresso da Virada na direção social da profissão, caracterizado a partir da análise histórica, as mudanças e influências que o CBAS possibilitou a profissão. Em seguida apresentamos as expressões desse marco na produção de conhecimento e no debate sobre gênero e feminismo(s).

LEGADO DO CONGRESSO DA VIRADA NA DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

Em 1979 acontece o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como "Congresso da Virada", um importante marco para a categoria dos(as) assistentes sociais no que tange a luta contra o conservadorismo e, também, a primeira manifestação pública de assistentes sociais contra a ditadura militar (1964-1985) e sua política de "segurança e desenvolvimento". (IAMAMOTO, 2019).

[...] esta política vincula-se à estratégia da contrarrevolução impulsionada pelos Estados Unidos na América Latina e no Caribe no contexto da Guerra Fria, e de ascenso das lutas sociais no cenário mundial e na região. Ela impulsiona e legitima a abertura da economia do País ao grande capital nativo e internacional, visando assegurar sua reprodução ampliada com 'paz social', por meio de políticas de achatamento salarial, do controle do sindicalismo, da repressão, tortura e assassinatos de presos políticos, da censura à imprensa, parte de amplo processo de regressão de direitos civis e políticos. (IAMAMOTO, 2019, p. 13-14).

É nesse período de efervescência antidemocrática que a sociedade reage com manifestações e movimentos representantes de interesses e projetos coletivos, os quais dão base a ocorrência do III Congresso Brasileiro de Assistentes sociais no final de setembro de 1979, no Anhembi, em São Paulo, no período de

[...] (re)organização dos movimentos sociais, de redemocratização do país, durante a crise da autocracia burguesa, em que se retoma a organização sindical das(os) assistentes sociais, no interior do sindicalismo classista, com mobilizações e greves, por seus interesses imediatos e históricos, articulados às lutas contra a ditadura civil - militar, anticapitalista e anti-imperialista. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 37).

Consoante à dinâmica da realidade brasileira, em 1978 acontecem as primeiras grandes greves operárias além da reorganização sindical de trabalhadores e a rearticulação de entidades da categoria de assistentes sociais que estavam fechadas, dentre elas, o Sindicato de Minas Gerais e a Associação Profissional de Assistentes Sociais - APAS (pré-sindical) situada em São Paulo e na Bahia.

Essas entidades possibilitaram uma organização de 22 (vinte e duas) entidades sindicais, Pré-sindicais e de oposição coordenados pela Comissão Executiva Nacional da Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais - CENEAS, às vésperas do III CBAS, em 1979. Além disso, a partir das reuniões e deliberações realizadas contribuíram para uma atuação organizada que pontuasse um posicionamento contrário a qualquer incidência de ideário conservador e antidemocrático em contramão às lutas sociais, que se

fizesse presente no evento, tendo em vista que, o evento evidenciou práticas conservadoras e autoritárias³ na sua organização. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019).

Diante desse caráter conservador e antidemocrático, a CENEAS e o conjunto de entidades sindicais, Pré-sindicais e de oposição, organizaram um documento, denunciando o caráter conservador disposto no evento, o qual foi lido em todas as sessões temáticas e na plenária final do evento, a qual resultou na determinação de que os próximos congressos seriam organizados pelas entidades sindicais e pela CENEAS.

A década de 1980 foi um período fecundo na conformação da direção teórica, acadêmica e política da profissão, uma vez que, comportou significativos segmentos e aparatos legais que corroboraram para a formação do Projeto Ético Político que orienta a profissão hoje. Esses segmentos se desmembram no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986 - substituído pelo de 1993 - a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social - Lei 8662/93 - e as Diretrizes Curriculares.

Conforme mencionamos anteriormente, esse processo formativo da profissão orientado por um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora é expressão das lutas históricas da categoria no período ditatorial, no espaço de construção de conhecimento e os debates e manifestações expressos no Congresso da Virada de 1979.

Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares e que redundaram no afastamento do Presidente Collor - entre outras manifestações -, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desses processos de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos de 1980. (IAMAMOTO, 2007, p. 50 - 51).

No âmbito das lutas sindicais, a Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS, substituiu o CENEAS e passa atuar na direção dos sindicatos e associações profissionais de

³ As direções do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e sua projeção regional em São Paulo (CRAS), hoje CRESS, que eram responsáveis pela organização do CBAS, tomaram decisões sem nenhuma consulta à categoria, o que vai refletir: a um número restrito de participantes, a quase inexistência de participação de estudantes na condução fragmentária das temáticas, o alto custo do congresso, no convite e homenagem a figuras políticas alinhadas com a ditadura militar, [...] desconhecendo que o momento da sociedade brasileira era a retomada das lutas sociais, sindicais e populares, nas quais a organização político-sindical da categoria se inseria e parcela significativa da categoria já se engajara. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 42).

assistentes sociais. Ela e sua filiada participaram ativamente da fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1983, bem como, marcaram presença nas greves gerais e em diversas reivindicações e lutas da classe trabalhadora. No campo das lutas específicas da profissão, vai atuar junto aos sindicatos de outras categorias, como os médicos, enfermeiros, arquitetos, e no apoio às comissões de base dos trabalhadores em seus locais de trabalho (ABRAMIDES; CABRAL, 2019).

Posto isso, a ampla participação da categoria pela redemocratização do país em conjunto com as entidades sindicais, repercutiu na formação e no exercício profissional da categoria vinculado a luta política sindical. Nessa perspectiva, o Congresso da Virada, “[...] afirmou a direção social da profissão, com a luta política sindical, pelo reconhecimento dos profissionais como trabalhadores, em sua condição de assalariamento, e no compromisso com os direitos e conquistas da classe trabalhadora”. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 48, **grifos das autoras**).

O movimento sindical e os conjuntos de movimentos sociais que vislumbravam a redemocratização são elementos indispensáveis para que a profissão avançasse no sentido de romper com o conservadorismo. A década de 1980, registra também o avançar de diversos movimentos com caráter social, sejam eles vinculados à luta das mulheres, negros (as), orientação sexual, infância, geração. Além disso, assinala a criação de fóruns e organizações que articulam os movimentos populares com os sindicais. Nesse sentido, a luta por direitos políticos e sociais torna-se central na direção da profissão e a consolidação da perspectiva crítica no Serviço Social, a qual vai possibilitar a interlocução entre os movimentos sociais e a prática profissional, bem como, contribuir com o processo de ruptura do conservadorismo na profissão. (ALAGOANO, 2018).

A renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático - operativo da profissão - donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto aos movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública. (NETTO, 2011, p. 303).

Essa aproximação e consolidação da perspectiva crítica na profissão, reflete também mudanças na produção do conhecimento, na formação e exercício profissional e nos aparatos legais que orientam o Projeto Ético Político da profissão, o qual é fruto de

uma “[...] construção coletiva, que, além de ser uma denúncia ao conservadorismo, opera uma importante articulação entre teoria crítica e proposta de atuação.” (ALAGOANO, 2018, p. 80).

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES DO DEBATE DE GÊNERO E FEMINISMO(S) NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A construção de conhecimento é fruto de um processo de sucessivas aproximações. Essas aproximações estão imbricadas a totalidade da vida social, a qual possui particularidades e singularidades próprias da dinâmica estrutural da sociedade capitalista, composta por sucessivas crises e transições que incidem novas determinações na composição do saber.

Nesse processo de transição, o conhecimento social geral é impregnado de ‘impurezas’ e de ‘sobrevivências’ que refletem suas estruturas reais: o nível de estruturação do novo saber, as permanências, as diversidades de apropriação de conhecimentos nos diferentes contextos e as relações que se estabelecem entre saberes e suas desigualdades. Nesse sentido, essas ‘impurezas’ e sobrevivências, em um primeiro momento, independem de quem as opera, no entanto, dele depende a sua superação. (BAPTISTA, 1995, p. 85).

Conforme a mesma autora, o processo de produção de conhecimento é permeado por tensões contornadas pelas crises do modelo social vigente, as quais são um desdobramento necessário para a transformação da sociedade “[...] na medida em que ocorrem transformações nas relações sociais do leste europeu o paradigma marxista vem sendo colocado em questão, não apenas enquanto projeto político, mas também enquanto projeto teórico.” (BAPTISTA, 1995, p. 86).

No caso do Serviço Social, esse processo de construção de conhecimento não é diferente daquele que compõe o todo, trata-se de uma particularidade deste e também “[...] uma totalidade estrutural, parcial, histórica, complexa, com dominantes.” (BAPTISTA, 1995, p. 88).

Nós não temos um único Serviço Social. Temos um conhecimento do Serviço Social que é complexo, diferenciado, o qual, historicamente, sofre a dominação de determinados modos de pensamento: houve um momento, por exemplo, em que o pensamento social da igreja católica foi dominante, o que não significou, necessariamente, que outros modos de pensamento – tal como o funcionalismo norte - americano não convivesse com este, mas sim que o modo de pensar da

igreja determinava novo conteúdo e novas características àqueles outros modos de pensar. Em outro momento, a situação se inverteu e tivemos a dominação do pensamento funcionalista, com permanência da perspectiva doutrinárias, mas já, esta, na condição de subordinada aos requisitos daquele. (BAPTISTA, 1995, p. 88).

A partir da década de 1970 há uma aproximação do Serviço Social com o pensamento forjado na tradição marxista. Todavia, essa afirmação não quer dizer que o Serviço Social brasileiro seja predominante marxista, ou que a maior parte dos(as) assistentes sociais sejam hegemonicamente marxistas, mas que, a trajetória histórica da categoria se articula com a classe trabalhadora em diversas frentes com intuito de romper com o conservadorismo e a antidemocracia imposta pelo período da ditadura. É nesse contexto, que o marxismo é colocado em questão pela categoria enquanto projeto ético político profissional e também teórico. (BAPTISTA, 1995).

O Congresso da Virada de 1979 foi um importante marco para a conformação dessa direção social, conforme apontamos anteriormente, pois registrou uma série de avanços e rupturas com o conservadorismo presente no Projeto Ético Político da Profissão. No que diz respeito à formação acadêmica, a década de 1970 também baliza os primeiros cursos de pós-graduação na área de Serviço Social, a criação de novos espaços de ensino nas universidades públicas; a ampliação de professores(as) através de concurso público, além de uma maior integração entre diversas áreas de conhecimento e departamentos. (YAZBEK; BRAVO; RAICHELIS, 2019).

Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP⁴, e mais à frente, em 1980, foi criado o primeiro curso de doutorado. Após o período ditatorial foram criados mais dois cursos de mestrado: O da Universidade Nacional de Brasília - UNB em 1991 e o da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP-Franca, em 1993, além do curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. (KAMEYAMA, 1998).

A totalidade de programas de pós-graduação do período de 1975 à 1977, titularam 958 mestres(as) e 70 doutores(as), e suas produções correspondem a um importante

⁴ Em 1972 ainda foi criado a primeira pós graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ; 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, 1978 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1979 na Universidade Federal de Pernambuco.

acervo teórico do Serviço Social, haja vista que relatam acontecimentos e demandas impostas à profissão naquele período, bem como, possibilitam reflexões oportunas sobre a sociedade e o modo de produção capitalista. (KAMEYAMA, 1998).

A produção de conhecimento em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc.(KAMEYAMA, 1998, p. 4).

É nessas primeiras produções advindas das dissertações e teses que se identifica a aproximação do Serviço Social com a fundamentação da teoria social marxista, posteriormente publicadas pela Cortez Editora - a qual assume um compromisso com a categoria no âmbito das publicações e visibilidades das temáticas da área - evidenciando debates e problematizações sobre a profissão e as demandas que emergiam na realidade brasileira e latino-americana. (YAZBEK; BRAVO; RAICHELIS, 2019). Dentre estas publicações está a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, com autoria de Marilda Villela lamamoto e Raul Carvalho, a qual é referência histórica e teórica da tradição marxista no processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, além de trazer inúmeras contribuições para a construção de conhecimento da categoria.

No que concerne ao campo das produções vinculadas aos programas de pós-graduação de Serviço Social, há uma série de revistas vinculadas diretamente a área de Serviço Social, dentre elas: A revista *Textos e Contextos* (Porto Alegre) (PUCRS) a revista *Katalysis* (UFSC), revista *Em Pauta* (UERJ), o *Social em Questão* (PUCRJ), *Praia Vermelha* (UFRJ), *Serviço Social e Realidade* (UNESP), *Serviço Social em Revista* (UEL), *Teoria Política e Social* (UFPB) e *Libertas* (UFJF). As seis demais são vinculadas a programas de pós-graduação em políticas sociais ou políticas públicas. São elas: revista *Argumentum* (UFES), revista *Gênero* (UFF), revista *Oikos* (UFV), revista *Políticas Públicas* (UFMA), revista *Ser Social* (UNB) e revista *Sociedade em Debate* (UCPEL), todas socializando pesquisas e reflexões realizadas pela área que com elas dialogam, contribuindo para a consolidação de um debate crítico sobre temas de relevância nacional e internacional. (PRATES, 2013).

Evidencia-se nesse período a aprovação do currículo pela ABESS/ABEPSS admitido pelo MEC em 1982 e o Código de Ética de 1986. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019). Além disso,

em 1985, ocorre o reconhecimento científico da área de Serviço Social por órgãos de fomento à pesquisa: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, passando a receber apoio financeiro e bolsas de estudo para pesquisadores/as, alunos/as dos cursos de doutorado, mestrado e graduação. (KAMEYAMA, 1998).

Ademais, as áreas temáticas centrais das linhas das pesquisas e produções científicas no Serviço Social sofreram alterações e ampliação dos debates sobre outras temáticas na profissão, ao longo dos anos. A classificação dessas temáticas foram discutidas nas 1028 (Mil e vinte oito) dissertações e teses de doutorado defendidas no período de 1975 à 1997 nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social. As áreas mais discutidas foram: Prática Profissional (15%); Política Social (12%); Formação Profissional (10,9%); Teoria e Método em Serviço Social (8,6%); Movimentos Sociais (8,0%); Criança e Adolescente (7,7%); Gênero e Família (6,6%); Processo de trabalho (5,8%); História do Serviço Social (3,8%); Saúde e Deficiência Físico/Mental (3,5%); Desenvolvimento de Comunidade(3,0%); Processos Sócio Culturais (2,9%); Realidade Social (2,7%); Instrumentos e Técnicas em Serviço Social (2,3%); Análise Institucional (2,1%); Terceira Idade (2,0%); Questão Agrária e Meio ambiente (0,8%); Cidadania, Democracia e Direitos Sociais (0,7%); Questão Urbana e Poder Local (0,6%); Crime e Violência (0,3%). (KAMEYAMA, 1998).

A questão da mulher vinculada ao(s) feminismo(s) manifesta-se junto a temática de Gênero e família, com foco nas discussões sobre o tratamento social da família. Posteriormente essas discussões abrangem o caráter investigativo de examinar as relações de produção da sociedade capitalista e as relações familiares com intuito de compreender como esse modo de produção influencia nessas relações. No final dessa década 1980 o tema família é substituído pelo objeto mulher, analisado sob a perspectiva de gênero e classe social. (KAMEYAMA, 1998).

As investigações procuram analisar a condição feminina na escolha de profissões, no mundo do trabalho, na família, principalmente as relações de violência conjugal. Tratam-se de estudos que buscam apreender o significado da violência para a mulher da classe trabalhadora, assim como as relações estabelecidas entre os membros de uma família vítima de violência doméstica e os mecanismos estabelecidos por esta para a sobrevivência frente a esta realidade. [...] As investigações atuais buscam identificar e analisar o processo

de organização das mulheres, suas lutas, suas reivindicações tanto na esfera da reprodução quanto na esfera de produção, ou seja, no mundo do trabalho. (KAMEYAMA, 1998, p. 19).

Na década seguinte ocorre uma aproximação mais veemente entre o Serviço Social e os estudos de gênero e feminismo, refletindo em congressos e eventos da profissão e, também, nos aparatos legais da profissão a exemplo do Código de Ética que entra em vigor no ano de 1993, que aponta os princípios norteadores da profissão:

I- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas e a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II- **Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo**; III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV- **Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida**; V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI- **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e discussão das diferenças**; VII- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII- **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero**; IX -Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI- **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física**. (CFESS, 2012, grifos nossos).

Destarte, a discussão de gênero também assume importância nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social aprovadas pela ABEPSS (1996), a qual recomenda a incorporação da temática de gênero, raça/etnia e diversidade sexual no processo da formação profissional.

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbanos e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (ABEPSS, 1996, p. 17).

O XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS⁵, também teve uma contribuição importante na articulação de estratégias e a ampliação do debate sobre gênero e Serviço Social, com a criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa - GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades", o qual objetivou:

[...] propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social. Para nortear tais discussões, apresenta como ementa: 'Sistema capitalista- patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/ opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidades das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades. (ABEPSS, 2013, apud QUEIROZ, et al., 2014, p. 233).

Não obstante, as discussões do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, salientaram inúmeros desafios, alvos de debates em eventos e congressos da categoria.

Percebe-se que um dos desafios a serem enfrentados pelo GTP é fomentar uma maior articulação entre as ênfases que o compõem, bem como consolidar o debate de tais problemáticas no âmbito do Serviço Social, haja vista que o reduzido número de produção na área e certa resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões sob o argumento de que já 'transversalizam' as temáticas dos demais GTPs, o que em nossa avaliação invisibiliza essas discussões. Reiteramos a importância de ofertar disciplinas nos cursos de graduação em Serviço Social que tratem das temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, antes ou concomitante à inserção no estágio supervisionado, observando ainda ser essencial garantir pelo menos uma disciplina obrigatória que aborde a temática do GTP. (QUEIROZ, et al., 2014, p. 240).

Dentre tais desafios apontados no GTP está a oferta de disciplinas que tratem as temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade, as quais abarcam o debate do(s) feminismo(s). No Brasil, conforme o site eletrônico do e-MEC, temos um quantitativo de 66 (sessenta e seis) cursos presenciais em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior (IES). Dessas 40 (quarenta) são IES públicas de âmbito federal, 23 (vinte e três) são estaduais e 3 (três) são municipais. (BRASIL, 2018 apud GOIS; CAVALCANTE; FRANÇA, 2018).

⁵ O Encontro aconteceu em 2010 no Rio de Janeiro.

A pesquisa de Gois, Cavalcante e França (2018) aponta que a região Norte apresenta o menor número de oferta de disciplinas que trabalham a temática gênero, de 07 (sete) cursos apenas 03 (três) ofertam disciplinas, uma obrigatória e outra optativa/eletiva. A região Nordeste dentre o total de cursos de Serviço Social, 17 (dezesete) disciplinas abordam a temática gênero, 8 (oito) são disciplinas obrigatórias e 9 (nove) optativas. Já na região Centro - Oeste das 5 (cinco) IES que ofertam o curso de Serviço Social, apenas 2 (duas) ofertam disciplinas com a temática gênero, ao todo são 8 (oito) disciplinas, sendo 4 (quatro) disciplinas optativas e 4 (quatro) obrigatórias. A região Sudeste oferta 23 (vinte e três) cursos e 41 (quarenta e um) disciplinas, dessas 17 (dezesete) são disciplinas obrigatórias e 24 (vinte e quatro) disciplinas optativas. No Sul existem 15(quinze) cursos de Serviço Social e 08 (oito) ofertam disciplinas sobre a temática gênero. (GOIS, CAVALCANTE, FRANÇA, 2018). Conforme a pesquisa, o debate sobre gênero, feminismo, raça/etnia, sexualidades apresenta avanços ao longo dos debates realizados com as entidades representativas e a categoria, os quais refletem a:

Existência de disciplinas que abordam a temática gênero; 2. Criação do GTP "Relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social; 3. Aumento dos grupos de estudos e pesquisas na graduação e na pós-graduação; 4. Inclusão da temática na coleção Bibliográfica Básica do Serviço Social; 5. Discussão da temática em disciplinas que possuem intersecção com outras temáticas, principalmente com a questão étnico-racial, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Gerais da ABEPSS; 6. Discussão de forma transversal e a partir do pressuposto que a classe, o gênero e a raça/etnia são componentes que estruturam as relações sociais, situando a discussão de gênero dentro da totalidade da realidade social. (GOIS, CAVALCANTE, FRANÇA, 2018, p. 17).

Além disso, registra a permanência de limites e desafios que se aprofundam com o cenário conservador e antidemocrático vivenciado atualmente. Dentre os desafios está a questão das disciplinas em torno do debate de gênero, feminismo, sexualidades, raça/etnia serem ofertadas majoritariamente como optativas por grande parte das IES do Brasil. Em virtude disso, o acesso a temática fica restrito aos que optaram por cursá-la ao longo da graduação. Posto isso, ainda que o debate sobre gênero e feminismo(s) tenha conquistado espaço nas discussões da categoria, os estudos sobre essas temáticas ainda carecem de uma visibilidade e exposição mais solidificada e estruturada na composição curricular.

Assim como as diretrizes curriculares e o grupo de trabalho e pesquisa, citado anteriormente, o conjunto CFESS/CRESS realizou uma série de manifestações e campanhas

em torno do debate sobre gênero, feminismo(s) e a luta de diversos sujeitos políticos. Em 2006 foi organizado, pelo CFESS, o lançamento da campanha "Livre Orientação e Expressão Sexual, o amor fala todas as línguas". No mesmo ano foi publicada a resolução nº 489/2006, com objetivo de estabelecer normas e vedações as condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do(a) assistente social.

No ano de 2009, o conjunto CFESS/CRESS, aprovou no Encontro Nacional CFESS/CRESS a descriminalização do aborto e a aprovação em 2010 da sua legalização. Conforme Cisne e Santos (2018), esse posicionamento das entidades da categoria foi muito significativo para a profissão, haja vista que passou a ser defendida uma luta polêmica do movimento feminista, o reconhecimento e o reforço que a criminalização do aborto oferece as desigualdades de classe, raça e sexo." (CISNE; SANTOS, 2018).

Por conseguinte, em 2011, as entidades da categoria publicaram a resolução nº 615/2011, que dispõe sobre a inclusão do nome social do(a) assistente social travesti e transexual nos documentos de identidade da profissão. Em 2018 publicaram a resolução nº 845/2018 que trata sobre o trabalho de assistentes sociais no processo transexualizador. E, no ano seguinte lançaram folders e cartilhas contendo orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis, bem como, a defesa dos direitos de diversos sujeitos políticos.

Todo o quadro apontado até aqui contém avanços significativos em torno do debate de gênero e feminismo(s) na profissão. No entanto, é importante destacar que essa trajetória histórica é também, marcada por inúmeros desafios que ameaçam o Projeto Ético Político da Profissão, especialmente, com o avanço do conservadorismo e da lógica neoliberal, aspecto que trataremos melhor no próximo tópico.

O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E OS DESAFIOS ATUAIS

O século XXI determina uma série de desafios a sociedade e a profissão. O neoliberalismo põe em face a natureza aniquiladora do capital, a partir da intensificação da criminalização das classes subalternas nas suas dimensões de sexo, gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e o crescente desmonte de direitos conquistados

historicamente - sejam eles no âmbito da saúde, assistência, previdência, moradia, etc. - pela classe trabalhadora. Nessa conjuntura, assim como, em diversos momentos da história, os mais penalizados são aqueles(as) que compõem a classe marginalizada da sociedade: jovens negros (as), pobres, LGBTQI+, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, etc.

A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de *continuidade e ruptura*. É uma relação de continuidade no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 51, **grifos da autora**).

A conjuntura atual reflete uma série de novos desafios à classe trabalhadora desde a implantação do neoliberalismo no país. Dentre os tais, está o desemprego estrutural, informal, precarizado, terceirizado, a crescente retirada de direitos sociais e trabalhistas, com privatizações e contrarreformas que buscam responder a crise do capital e recuperar as taxas de lucro. (ABRAMINDES; CABRAL, 2019).

O neoliberalismo no Brasil iniciou-se no final do Governo Sarney, em 1989, se estendeu no Governo Collor de Mello e de seu sucessor Itamar Franco, se aprofundou e se consolidou estruturalmente, nos dois governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e teve sua continuidade nos dois governos de Lula da Silva e um governo e meio de Dilma Rousseff, ambos do PT. Em que se ressalvem os programas sociais implementados nos governos de Lula e Dilma, estes não foram acompanhados de uma política estruturante de emprego e de políticas universais, como as de saúde e educação, o que os efetivou como programas sociais foram compensatórios. Seus governos, por meio do social ou neodesenvolvimentismo, se constituíram na outra face do neoliberalismo, já que mantiveram seus pilares e empreenderam uma política de conciliação de classes de favorecimento do capital. (ABRAMINDES; CABRAL, 2019, p. 50).

Em 2016 acontece o golpe parlamentar, o qual resulta no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, dando lugar a Michel Temer ao posto de presidente do Brasil de 2016 a 2018. Em 2018, Jair Bolsonaro, atual presidente, vence as eleições e implementa um governo militarizado, de extrema-direita, com medidas que objetivam destruir todos os direitos historicamente conquistados pelas lutas sociais e pela categoria profissional.

Nesse sentido, preservar as conquistas históricas no âmbito de garantia e acesso aos direitos sociais, tem sido uma tarefa árdua para o conjunto de entidades da categoria, no sentido de romper as bases conservadoras que se instauram no presente.

Nesses termos, a ofensiva do capital, patriarcal, racista que se instaura com o conservadorismo no país, se aprofunda no atual governo sustentado “[...] pela pequena burguesia, pelo pequeno empresariado desesperado com a crise econômica, pelo agronegócio, pelas comunidades evangélicas, pelas milícias, pelos policiais militares estaduais, por parte dos policiais federais e pelos militares das Forças Armadas.” (NETO; CANEL, 2020, p. 37). A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus - Covid-19 -, chega no Brasil em março de 2020, aprofundando o processo de acirramento de desigualdades estruturais, sociais e raciais ocasionados pela crise do capital e as barbarizantes formas exploração do trabalho.

Ante o cenário exposto, os desafios colocados são muitos, dentre os quais, no campo da produção do conhecimento, pesquisa e formação, há o crescente desmonte da Universidade e tudo o que “cheira à ciência” (SANTOS, 2020). A pesquisa e produção do conhecimento conforme apontamos anteriormente, assumem um papel significativo na expansão do Serviço Social, no sentido de qualidade a partir da adoção da perspectiva marxista, se torna fundamental para a formulação de propostas e a ultrapassagem de um discurso genérico, que não conta de situações particulares. (IAMAMOTO, 2007). Desse modo, possibilita

[...] aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto na intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzida especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*”. (GUERRA, 2009, p. 1, **grifos da autora**).

Nesse sentido, a concepção de ciência, produção do conhecimento e pesquisa incorporada pelo projeto conservador vigente, ameaça especialmente as áreas de conhecimento vinculadas as áreas de Ciências Humanas e Sociais, no sentido de descentralizar investimentos e descaracterizar as discussões que empreendem uma apreensão crítica da realidade e de interpretação das relações sociais, inserindo a ideia de a produção científica dessas áreas é “fazer balbúrdia”. Nesses termos, substituem o conhecimento científico, pelo fundamentalismo religioso e tecnocrata, o que impacta

diretamente as discussões realizadas pelas Ciências Humanas e Sociais. Juntamente com esse aspecto, tem o ataque direto às Universidades Públicas no país, com o desfinanciamento das mesmas e o impacto direto às condições de trabalho docente, nos espaços públicos e privados. Esses desafios, apontam “[...] a demolição do entendimento de conhecimento construído socialmente, acarretando consequências à formação profissional, a pesquisa em Serviço Social e própria produção do conhecimento da área”. (BRAVO, et al., 2019, p. 77).

[...] em 2019, primeiro ano de governo, verificamos uma redução dos recursos para investimentos e custeio. O quadro, basta lembrar, é dramático. Com cortes financeiros, sem insumos e verbas, sem bolsas de pesquisas, ou mesmo com seus valores defasados, e com o desmonte da pós-graduação, a agonia das universidades segue a passos largos. Até o fim de outubro de 2019, as universidades e instituições de pesquisa brasileiras tinham perdido quase 18 mil bolsas de estudo. Em maio passado daquele ano, o governo federal contingenciou 42% das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Para o ano de 2020, o orçamento do Ministério da Educação (MEC) foi reduzido em R\$ 19,8 bilhões, em comparação a 2019. [...] a impressão que se extrai é de que a pesquisa de ponta, a produção e o desenvolvimento científico seriam realizados em um ‘passe de mágica’. Ainda assim, como veremos adiante, a ciência brasileira segue resistindo. (SANTOS, 2020, p. 191).

Para além disso, aponta-se a discussão acerca da política de educação como um nicho mercantil de acúmulo de capital, o qual afeta todos os níveis do processo de formação em detrimento das diversas áreas de conhecimento. A educação no Brasil, e o crescente déficit da mesma, emerge a expansão “[...] da educação como um negócio incrementado pelo uso de tecnologias da informação, no crescente mercado da modalidade do Ensino à distância (EAD), a qual também tem garantido espaço no âmbito da pós-graduação nos cursos de mestrado e doutorado. (BRAVO, et al., 2019, p. 78).

No âmbito da atuação profissão, há uma grande dificuldade da categoria em manter a autonomia de suas entidades, em relação aos partidos, patronatos e aos governos, ao assumirem no país, especialmente, aqueles com caráter conservador e extrema-direita. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019). Ainda que o (a) profissional disponha de uma autonomia relativa na concretude de seu trabalho, depende, no processo de sistematização do seu trabalho, do Estado, da empresa, das entidades não governamentais para a sistematização de seu processo de trabalho. (IAMAMOTO, 2007). Destaca-se também o desmonte das políticas sociais e de diversos direitos conquistados socialmente pela profissão e o

conjunto de movimento sociais, além da precarização dos postos de trabalho, desemprego e aumento da violência e desarticulação dos movimentos sociais e sindicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi abordado, o Serviço Social forja, ao longo da sua trajetória histórica, uma série de lutas contra o conservadorismo, as quais são permeadas por lutas, desafios, limites, conflitos e rupturas. A incorporação na profissão de temáticas combinadas com as lutas de sujeitos políticos -o movimento feminista, LGBTQI, negro(a) - que historicamente enfrentam as múltiplas formas de violência e violação de direitos do conservadorismo, o sentido de resistência ao defender cotidianamente, a luta por uma direção social igualitária, de emancipação humana.

Ao longo deste artigo, demonstramos a trajetória de luta, conquistas, ameaças e o legado do Congresso da Virada possibilitou à profissão, tanto na atuação quanto na formação profissional. É nesse sentido amplo e qualitativo que a produção do conhecimento e a pesquisa captam a profissão uma análise crítica da realidade, especialmente, quando articuladas aos estudos feministas no processo formação profissional e na construção de conhecimento vinculada ao Projeto Ético Político Profissional e a luta contínua contra as formas de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 04 jul. 2019

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. **O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do. S. R. 40 anos do "Congresso da Virada". In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**/ Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). - São Paulo: Cortez, 2019, p. 35-55.

ALAGOANO, V. M. **O Debate do Movimento Feminista na Produção acadêmica do Serviço Social**. 2016. Dissertação (Mestre em Serviço Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3136/1/veronicamedeirosalagoano.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Caderno ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 5, jul., 1995, p. 84-95. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/06-cadernos-abepss-n5-a-producao-do-conhecimento-social-201702011250426174980.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRAVO, *et al.* O protagonismo da ABESS/ABEPSS na *virada* da formação profissional em Serviço Social. In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**/ Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). - São Paulo: Cortez, 2019, p. 56- 79.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Brasília. Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. **Org. Conselho Federal de Serviço Social: colaboradores Rosa Prêdes [et al]**, Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMENTADO/ Maria Lúcia Barroco, Sylvia Helena Terra; **Conselho Federal de Serviço Social - CFESS**, (org.). - São Paulo: Cortez, 2012.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1. ed., v. 8, 2018.

GOIS, M. N.; CAVALCANTE, I. G.; FRANÇA, S. M. S. Serviço Social e gênero: Um debate necessário na formação profissional. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória - ES, **Anais em tempos de radicalização do capitalismo, lutas, resistências e Serviço Social**, s.n. Vitória - ES, 2018, p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22659/15148>. Acesso em: 26 jan. 2021.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, p. 701-718, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 12. Ed. - São Paulo, Cortez, 2007

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. prefácio. In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**/ Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). - São Paulo: Cortez, 2019, p. 13-16.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social. Avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez. n 8, p. 33-76, nov. 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, A. B. dos. S.; CANEL, J. J. C. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: **CORONAVÍRUS E CRISE DO CAPITAL: impactos aos trabalhadores e à natureza**. [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto, Elaine Nunes Silva Fernandes (Orgs.). - Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020, p. 26 - 55.

PRATES, J. C. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2., p. 213-220, jul./dez, 2013. Disponível em: [https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16295/10736)

[article/view/16295/10736](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16295/10736). Acesso em: 14 set. 2020.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. et al. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social. Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/ Etnia, Geração, Sexualidade: Breve histórico e Desafios. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, ano 14., n. 27, p. 233-241, jan./jun.2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978/5850>. Acesso em: 16 já. 2020.

SANTOS, P. R. F. dos. Universidade, Ciência e Pandemia: entre desmontes e resistências. In: **CORONAVÍRUS E CRISE DO CAPITAL: impactos aos trabalhadores e à natureza**. [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto, Elaine Nunes Silva Fernandes (Orgs.). - Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020, p. 183 - 206.

YAZBEK, M. C.; BRAVO, M. I.; RAICHELIS, R. 40 anos da "Virada" do Serviço Social: história, significados. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 407-415, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0407.pdf>. Acesso em 14 jan. 2021.